

**Revista de Literatura,  
História e Memória**

Reescritas del pasado - un  
homenaje a Fernando Aínsa

ISSN 1809-5313

VOL. 7 - Nº 9 - 2011

UNIOESTE / CASCAVEL

P. 113-127

## LEITURAS CANUDENSES NO LIMIAR ENTRE LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

**ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de (PG-Unioeste/Cascavel) \***

**[adenilsonbar@gmail.com](mailto:adenilsonbar@gmail.com)**

**FLECK, G. Francisco (Unioeste/Cascavel) \*\***

**[chicofleck@yahoo.com.br](mailto:chicofleck@yahoo.com.br)**

**RESUMO:** O presente trabalho tem como finalidade apresentar aspectos relacionados à literatura, história e memória em dois romances históricos representativos de uma temática em comum: a Guerra de Canudos (1896-7). A partir da leitura de *Canudos – as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano* (1997), de Ayrton Marcondes e *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca, entende-se ser possível estabelecer um diálogo entre os três elementos fundamentais propostos aqui. Tanto frei João Evangelista como o seu Ozébio, apresentado por Fonseca, rememoram o passado, cada um a sua maneira, intrinsecamente ligado ao massacre sertanejo no sertão da Bahia. Assim, para essa exposição analítica de ficção histórica e memória evidenciada naqueles romances canudenses, como fundamentação teórica básica nos valem os estudos realizados por vários especialistas que se voltam às relações entre os diferentes discursos que buscam tornar o passado inteligível no presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Romance histórico;. Memória; Guerra de Canudos.

### LECTURAS CANUDENSES EN LOS LÍMITES DE LA LITERATURA, HISTORIA Y MEMORIA

**RESUMEN:** El presente trabajo tiene como finalidad presentar aspectos relacionados a la literatura, historia y memoria en dos novelas históricas representativas de una temática en común: la Guerra de Canudos (1896-7). A partir de la lectura de *Canudos – as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano* (1997), de Ayrton Marcondes y *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca, se entiende ser posible establecer un diálogo entre los tres elementos fundamentales propuestos aquí. Tanto *frei João Evangelista* como el señor Ozébio, presentado por Fonseca, rememoran el pasado, cada uno a su manera, intrínsecamente relacionado al *masacre sertanejo* en el *sertão* de Bahia. Así, para esa exposición analítica de ficción histórica y memoria

evidenciadas em aquelas novelas *canudenses*, se tendrá como fundamentación teórica básica estudios realizados por varios especialistas que se vuelven a las relaciones entre los diferentes discursos que buscan tornar el pasado inteligible en el presente.

PALABRAS CLAVE: Novela Histórica; Memoria; Guerra de Canudos.

O evento bélico ocorrido no sertão da Bahia nos anos de 1896-7 entrou para a história do Brasil sob a denominação de Guerra de Canudos. Devido, em grande parte, às incoerências e obscuridades referentes aos motivos da guerra, aos conflitos em si e à formação do arraial de Belo Monte, uma série de reflexões escritas, além de toda uma herança oral, surgiram e ainda vêm sendo delineadas nos presentes dias. Nunca se soube ao certo – e talvez jamais haverá um consenso – quais foram os impulsos que levaram milhares de sertanejos a lutarem até à morte em “obediência” às “causas” defendidas e propagadas por Antônio Conselheiro. Conforme Euclides da Cunha, “[...] Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo” (1987, p. 407). Sobre a biografia do líder religioso e político, o Conselheiro, muito se especula, mas pouca informação relevante vem ao encontro de sérios esclarecimentos. Como se sabe, a história do Brasil foi, em seus primeiros quatro séculos, basicamente uma história do litoral ou da região das minas, sendo quase que totalmente desconhecida, pelos escritores oficiais, a geografia, a demografia e a sociologia do interior. Dessa forma, antes do monumental e revelador *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha – tomemos aqui o caso particular da região nordeste – um Brasil completamente distinto daquele sugerido por Gilberto Freyre em *Casa grande & senzala* (1933), permanecia desconhecido.

A aglomeração sertaneja em torno de uma figura, no mínimo, carismática a qual incentivava milhares de potenciais eleitores, trabalhadores e fiéis a não reconhecerem a República (1889) recém-proclamada, não voltarem aos latifúndios e servir de mão-de-obra quase escrava aos coronéis da região e a não estarem mais à mercê unicamente dos pressupostos da Igreja Católica, deixou, como se pode depreender, políticos, patrões e a Igreja em vigilância. Um missionário capuchinho, frei João Evangelista de Monte Marciano, “seguido de Frei Caetano de S. Leo e do vigário do Cumbe” (CUNHA, 1987, p. 140), foi enviado em missão, em 1895, para convencer as pessoas, que não cessavam de chegar a Canudos, a regressarem para suas casas e retomarem seus afazeres. Apesar de ser recebido e permanecer em Canudos por sete dias, “[...] excetuando ‘55 casamentos de amancebados, 102 batizados e mais de 400 confissões’, o resultado fora nulo, ou antes, negativo” (CUNHA, 1987, p. 143). Voltou a Salvador e nada mais pode ofertar aos seus

superiores do que um relatório dando conta de sua missão. Uma vez não resolvido por meios diplomáticos o problema “político-religioso-trabalhista” protagonizado por personagens e um cenário desconhecido do Brasil oficial, quatro expedições militares foram necessárias para anularem por completo uma “ameaça” ao país até hoje não justificada por parte dos vencedores.

As notícias da guerra ganharam repercussão para além dos limites da Bahia. Em crônica publicada a 14 de fevereiro de 1897, Machado de Assis escreve o seguinte:

Conheci ontem o que é *celebridade*. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada: – Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora. [...] Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que é ainda mais obtuso do que pareces. *A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda*, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo, ignorando que nas ruas só se vendem as folhas do dia. Não sabe o nome do Messias; “é esse homem que briga lá fora”. A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. *O nome de Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima, e não sairá mais*. Ela levava uma pequena, naturalmente filha; *um dia contará a história à filha, depois à neta, à porta da estalagem, ou no quarto em que residem*. [...] *Um dia, anos depois de extinta a seita e a gente dos Canudos, Coelho Neto, contador de cousas do sertão, talvez nos dê algum quadro daquela vida, fazendo-se cronista imaginoso e magnífico* deste episódio que não tem nada de fim de século (ASSIS, 1997, p. 115-6). (grifos nossos).

Dessas palavras quase proféticas expressas por Machado de Assis, deve-se ter em conta que o status de celebridade de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, muito se deve aos jornalistas incumbidos de viajar a Bahia e divulgar notícias da guerra aos muitos jornais existentes no Brasil do século XIX. Entre os correspondentes estava Euclides da Cunha que, a serviço do jornal *O Estado de São Paulo*, enviou muitos artigos exaltando as forças republicanas. Entre eles, está o artigo intitulado “A nossa Vendéia” – disponível em [euclidesdacunha.org.br](http://euclidesdacunha.org.br) – no qual há referência às “hostes fanáticas do Conselheiro” e exaltações explícitas aos soldados “admiráveis de bravura e abnegação”. A mulher que contaria a história a sua filha e neta é exemplo dos analfabetos, milhares ainda em pleno século XXI,

que dispõem da oralidade, como meio imediato, para contar e conhecer histórias. Já em relação aos relatos imaginosos e magníficos vindouros após “extinta a seita e a gente dos Canudos”, muitos quadros foram e vem sendo apresentados, sob as mais variadas formas de linguagem, em todo esse tempo transcorrido após o 5 de outubro de 1897, término da guerra. Tomando-se como exemplo as narrativas híbridas de caráter ficcional e histórico, principais referência do estudo proposto aqui, pode-se mencionar, entre outras, *Os Jagunços* (1898), de Afonso Arinos; *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, obra fundamental e de explícita influência aos textos subsequentes referentes à Guerra de Canudos; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *La guerra del fin del mundo* (1981), de Mario Vargas Llosa; *A casca da serpente* (1989), de José. J. Veiga; *As meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio José Chiavenato. Nessa gama de produções romanescas, história, memória e ficção se entrelaçam contribuindo às mais diferentes demonstrações e interpretações inerentes à Guerra de Canudos. Neste sentido, tecer-se-á, na sequência, alguns apontamentos para que melhor se leia, num momento posterior, aspectos contidos nos romances *Canudos – as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano* (1997), de Ayrton Marcondes, e *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca.

## HISTÓRIA E FICÇÃO

Toda narrativa é, antes de tudo, uma representação. Independentemente de ser oral, escrita, ficcional ou histórica – entenda-se esta última no sentido “científico” do termo – as representações de qualquer evento são sempre arbitrárias e articuladas de acordo com interesses particulares ou coletivos. No entanto, sob as amarras de algumas convenções aplicadas para conferir *status* de verossimilhança ou mesmo veracidade às narrativas e suas fontes são aplicados critérios de valor aos textos. Aqueles conferem diferenciações relativas a características formais ou de reprodução. Dessa forma, ao deparar-se com um texto “pretensamente” histórico ou um “simplesmente” ficcional, o leitor, muitas vezes, aceita suas distinções arraigadamente marcadas e não se dá conta de que, tanto um como o outro, obedecem a processos de produção subordinados a pluralidade da linguagem. Para aclarar esse assunto, Walter Mignolo (1993, p. 122-3) propõe o conceito de convenção para se atribuir veracidade ou ficcionalidade aos textos. Assim, segundo esse autor, quando todo membro de uma comunidade realiza uma ação, espera que os outros membros envolvidos reajam de modo pré-estabelecido por pertencerem a um campo de conhecimento mútuo. Deste modo, há convenção de veracidade quando se aceita

o comprometimento do falante com o “dito”. Assim, “[...] o enunciante espera que o seu discurso seja interpretado mediante uma relação “extensional” com os objetos, entidades e acontecimentos dos quais fala (por isso, o falante fica exposto ao erro)” (MIGNOLO, 1993, p. 123). Já a convenção de ficcionalidade acontece quando se admite o não comprometimento do falante com a verdade do “dito”. Portanto, não se “[...] espera que seu discurso seja interpretado mediante uma relação ‘extensional’ com os objetos, entidades e acontecimentos dos quais fala (por isso, o enunciante não está exposto ao erro)” (MIGNOLO, 1993, p. 123).

Neste sentido, ao se estabelecer a veracidade ou a ficcionalidade das representações como uma estratégia convencionalizada no âmbito de uma comunidade linguística, torna-se cada vez mais complicado encontrar diferenciações e explicações convincentes para se apresentar, de maneira lógica e clara, os discursos históricos e ficcionais como construções distintas. Sabe-se que já foram muito mais evidentes e acirradas as discussões entre aqueles que defendiam a cientificidade histórica em detrimento da arbitrariedade/ambiguidade literária. Hoje, após muitos debates em que se tornou comum a ideia do emprego da linguagem como uma atividade multifacetada desde sua elaboração por parte do falante/escritor até sua leitura realizada pelo ouvinte/leitor, grande parte dos historiadores admitem que seus estudos, ao contrário de serem apreendidos como verdades, devem ser interpretados. Em todo caso, a evidência e a aceitação da linguagem como construção histórica, social e ideologicamente marcada (BAKHTIN, 2006), não diminui a necessária importância dos estudos históricos nem pretende conferir à literatura o posto de documentadora fiel das realidades. Percebe-se que, cada uma a sua maneira, tanto história como ficção são capazes de sugerir quadros representativos em que os acontecimentos e as imagens nelas relatados devem ser tidos, para além da simples compilação de “fatos” ou de “histórias”, como instigadores de (re)interpretação do presente para que os erros do passado não se repitam.

Apresentando um posicionamento lúcido e até didático, Fernando Aínsa, em seu *Reescribir el pasado: Historia y ficción en América Latina* (2004), afirma já estarem, de certa maneira, superadas as barreiras epistemológicas que separavam, como disciplina, história e literatura. Para o escritor uruguaio, “[...] *si no han desaparecido, por lo menos han cedido a una atenta lectura estilística del discurso historiográfico y a un rastreo de las fuentes o componentes históricos del discurso ficcional*” (AÍNSA, 2004, p. 9). Mesmo com o afrouxamento separativo entre uma forma e outra de se representar histórias por meio da linguagem escrita, Aínsa, contudo, não deixa de reiterar que história não é o mesmo que ficção porque, aquela,

[...] depende del pasado en cuyos indicios y trazas se apoya y de los métodos propios del oficio de historiador. La forma de utilizar documentos y archivos, por un lado, y el ejercicio profesional por el otro, la diferencian epistemológicamente de la ficción literaria. La diferencia fundamental entre historia y novela no se establece tanto en función de los fines que se propone una y otra – ya que ambas hablan de ‘provecho’ y de edificación – sino por orientación del contenido (AÍNSA, 2004, p. 51).

Portanto, uma sugestão diferenciadora interessante, para citar apenas uma, parece ser a que o próprio Aínsa (1997) define como intenção histórica e intenção ficcional. Conforme esse autor, no discurso histórico existe uma vontade de objetividade que, utilizando-se de recursos como a narração em terceira pessoa e o tempo passado da escritura, “*lleva al historiador a establecer una separación nítida entre sujeto que relata y objeto relatado*” (AÍNSA, 1997, p. 116). Entretanto, reafirmando estarem os relatos historiográficos intrinsecamente ligados à convenção de veracidade, na página seguinte lê-se que não há textos definitivos. Um mesmo passado, assim, na sucessão de diferentes obras, é “*reinterpretado y releído, desde la perspectiva de un presente siempre cambiante*” (1997, p. 117).

Referindo-se, no campo da ficção, aos romances históricos, Aínsa expõe que a intenção de seus autores, ao utilizar recursos intertextuais, polissemia e muitas vezes a paródia, “*puede ser tanto introspectiva e intimista como testimonial y realista, aunque en ambos casos la tendencia de la ficción es la de subjetivar lo histórico, recordando siempre que el hombre es además un ‘hombre real’*” (1997, p. 118). (grifo do autor). Assim, ao transitar pelas vias da história e da ficção sem o compromisso metodológico e distanciado de aproximação de verdades, o romance histórico deve ser compreendido como uma modalidade livre que, na maioria das vezes, preocupa-se unicamente com a verossimilhança do enredo. Contudo, personagens, cenários e acontecimentos relatados, ao aproximarem-se de eventos de alguma forma já apresentados como fatos históricos devidamente registrados, negando-os ou não, levam o leitor influenciado pela habilidade e imaginação dos autores de ficção, a encarar a proposta de um romance histórico como uma versão possível da História, senão como até melhor e mais coerente sobre determinado contexto. Ao ter-se em conta a contribuição teórica de autores como Aínsa (1993; 2004), Hutcheon (1991), Menton (1993), Trouche (2006) e Fleck (2011) aos pressupostos do romance histórico contemporâneo, construção “poética” que “[...] se apoya en las sugerencias de la intertextualidad no sólo literaria, sino haciendo acopio de referentes textuales históricos, políticos o, simplemente, periodísticos”

(AÍNSA, 2004, p. 55), pode-se depreender que essa modalidade de escrita ficcional adquire cada vez mais relevância para a escritura e (re)leitura do passado.

## CANUDOS REVISITADO PELA MEMÓRIA

Dentre os romances que têm como pontos fulcrais a representação de eventos relacionados à Guerra de Canudos (1896-7), os escolhidos para figurarem no presente trabalho apresentam um aspecto em comum: personagens que recorrem às suas memórias para revelarem impressões diretamente ligadas à guerra. À guisa de exemplo, no caso de seu Ozébio, sertanejo de fundamental importância para o desenvolvimento do enredo de *O pêndulo de Euclides* (2009), suas memórias são herdadas. Reveladas no ano de 2003, elas remetem a um segredo e a acontecimentos vividos por duas pessoas que se conheceram em 1897: seu avô Zé Ozébio e o escritor Euclides da Cunha. Neste romance, parece não haver incongruência em afirmar que se trata de um caso de memória herdada na qual, segundo Michael Pollack (1992, p. 5), há uma ligação “fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. [...] na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si”. Vale lembrar, entretanto, agora estendendo aos demais textos a se configurarem aqui, “que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (POLLACK, 1992, p. 5). Mesmo assim, é importante ter em conta que, apesar de se admitir suas peculiaridades negociáveis e seletivas, não é correto afirmar que “as construções da memória são mentiras, até porque elas não o são. Se dissermos que estas retiram do passado alguns fatos e escolhe-os para responder às demandas do presente, isto significa afirmar que elas não são meras fantasias” (MOTTA, 2003, p. 193). Portanto, na direção da breve exposição sobre o caráter convencional das narrativas histórica e de ficção apresentado aqui, o discurso memorialista, exposto por pessoas vivas ou (re)elaborado por historiadores ou romancistas, também deve ser entendido como leituras válidas do passado.

Considerando-se – após a generalização da ideia de pluralidade das construções discursivas – a evidente ineficiência daquilo que se poderia denominar como memória coletiva tradicional calcada na aceitação passiva de verdades construídas sob os mais diversos interesses (HOBSBAWM, 1984), a memória

individual parece adquirir uma relevância significativa. Talvez, para se ter acesso ao passado cada vez menos vislumbrado numa época marcada pela velocidade de informações imediatistas e desvalorizadas, no exato momento em que aparecem outras informações igualmente descartáveis. Neste sentido, segundo Pierre Nora,

[...] quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. É como uma voz interior que dissesse aos Corsos: “Você deve ser Corso”, e aos Bretões: “É preciso ser Bretão”. (1993, p. 18).

Como, nos dias atuais, é improvável a existência de sobreviventes que possam narrar suas impressões a respeito da Guerra de Canudos, deve-se recorrer a outras formas de manutenção ou representação do passado para compreendê-la. Uma delas configura-se sob a modalidade do romance histórico. São vários, como ficou escrito em outro lugar, os que se referem àquele tema. Aqui, recorrer-se-á a dois deles, especialmente por apresentarem personagens que relatam suas memórias. Além de seu Ozébio, d’*O pêndulo de Euclides*, será abordado alguns aspectos inerentes à versão contida nas *memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*. O primeiro recorre à oralidade e o último pode ser considerado um personagem escritor. Contudo, antecipando qualquer juízo de valor em relação a esses formatos de fonte, é importante lembrar que, segundo Michael Pollack (1992), não há diferenças fundamentais entre as fontes orais e escritas. Uma mesma abordagem crítica deve “ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (POLLACK, 1992, p. 8).

O ângulo de observação e as versões distintas das duas “memórias” escolhidas para figurarem no presente trabalho, ajudam a compreender, a reafirmar ou a se desvencilhar de concepções irrefletidas a respeito dos eventos e de alguns personagens que participaram, de alguma maneira, da Guerra de Canudos. Assim, de encontro às postulações que sugerem a morte do narrador, apesar de não serem infundadas devido à perda de valores tradicionais decaídos e desmitificados sob vários formatos e conceitos nos períodos denominados modernidade e pós-modernidade, ainda é possível detectar, no caso dos romances citados aqui, uma espécie de conservação ou atualização daquilo que poderia ser tido como uma



memória da guerra. É como se os seus autores não quisessem deixar perder, conforme Ecléa Bosí (1994, p. 90), "no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história de reproduzir-se de geração para geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos".

## JUSTIFICATIVAS DO FREI E O SEGREDO DOS OZÉBIOS

O frei João Evangelista de Monte Marciano, como já exposto, recebeu a incumbência de viajar até Canudos, com a missão de convencer a população que se aglomerava em torno de Antônio Conselheiro a voltar as suas casas para retomar suas vidas a quase três séculos configurada no semiárido brasileiro. Após sete dias entre os conselheiristas, mesmo realizando batizados, casamentos e confissões, o frei deixa Canudos sem conseguir seu objetivo. De toda forma, mantendo a praxe, registrou suas impressões num relatório o qual foi enviado aos superiores da Igreja Católica. O romance de Ayrton Marcondes, no entanto, apresenta o frei já velho e atormentado, todas as noites, naquele ano de 1920, pelo fantasma de Antônio Conselheiro. Rememorando passagens de sua vida, narra aspectos da chegada ao Brasil, da atividade como professor de futuros padres, dos estudos e ainda defende-se de acusações adiantadas por ele mesmo ou surgidas em livros como *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Num trecho importante de suas memórias, ao referir-se sobre o dia em que chegou a Canudos, está escrito o seguinte:

Dirão que eu estivesse contra o povo do arraial e encarei Canudos como a sediciosa obra de um fanático movido pela monomania religiosa. De fato era como eu os via na época, não posso nem quero negar o que escrevi em meu relatório. Mas, sinceramente, alguém na minha situação, teria enxergado diferente? Interpretações! Para além delas, muito longe, encontra-se a realidade. Esta muitas vezes escapa aos estudiosos, os que submetem fatos à camisa-de-força de suas premissas teóricas. É fácil condenar quando envoltos pela sobriedade das bibliotecas... Pois eu queria que os que me condenam estivessem ao meu lado, sobre o lombo de um cavalo, no meio do rio Vaza-Barris, naquela manhã. Que usassem a roupa suada de quem havia dias seguira por regiões inóspitas e desconhecidas, que erguessem a cabeça e olhassem para além da margem do rio. Creio que só assim poderiam compreender o que se passou comigo. (MARCONDES, 1997, p. 93).

João Evangelista apresenta-se, assim, como um injustiçado pelas críticas de que sua missão à comunidade do Conselheiro teria sido o estopim para início da Guerra de Canudos. De maneira semelhante às ideias expostas no relato da personagem histórica frei João Evangelista – alguns trechos estão citados no romance –, a personagem ficcional reconstruída por Marcondes repete considerações gerais a respeito das pessoas que compunham o arraial, além de afirmar convictamente que não se arrepende do que escreveu. Apesar de reconhecer que tanto o Estado como a Igreja não entenderam completamente o que era e significava o que os conselheiristas denominavam o arraial de Belo Monte; que a conjuntura daquele lugar e daquela gente exigira por parte dos padres a disseminação do conceito de um Deus vingativo e não de um Deus de bondade e perdão, “o Deus da nossa perspectiva enquanto sacerdotes pouco tinha a ver com o Deus do povo para o qual pregaríamos. Nos nossos espíritos o pai de bondade, no deles o justiceiro” (MARCONDES, 1997, p. 29-30), o frei João Evangelista não hesitaria ao referir-se à seita político-religiosa representada pelos canudenses. Para ele, não se tratava somente de “foco de superstição e fanatismo [...]”; é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país” (MONTE MANCIANO apud MACONDES, 1997, p. 118). Uma explicação sugerida no romance a essa acusação determinada do frei, está relacionada ao modo ríspido como alguns dos conselheiristas o trataram ao saberem que sua missão tinha o objetivo de convencer os sertanejos a não continuarem se aglomerando naquele arraial, fenômeno cada vez mais evidente e ameaçador aos interesses religiosos e políticos instituídos.

Entre justificativas e exposições críticas relacionadas à sua missão, frei João Evangelista ainda dedica parte considerável de suas memórias a relatar o encontro que teve com o coronel Moreira César antes que este seguisse para Canudos a fim de comandar a terceira expedição. A ocorrência deste encontro não está devidamente registrada em nenhum lugar que não seja o romance aqui apresentado. Portanto, trata-se de estratégia utilizada por Marcondes para a construção de seu enredo ficcional. O desfecho não vitorioso da terceira expedição a qual começaria a ceder com a morte de Moreira Cesar após ser atingido por dois tiros, todavia, está de acordo com a historiografia relativa a esta parte da história. Para finalizar esta breve exposição de algumas partes das memórias de frei João Evangelista, é interessante mencionar que ele esteve “no garimpo dos pecados” (MARCONDES, 1997, p. 37) e, segundo consta no romance, não numa comunidade homogênea. Ao lado de pessoas boas, “tínhamos criminosos contumazes que queriam perdão para

crimes que haviam cometido. Buscavam uma espécie de quitação aos malfeitos anteriores para, a seguir, começar uma nova vida de atrocidades. Não, não eram santos os sertanejos” (MARCONDES, 1997, p. 41-2).

Procurado por um professor interessado em encontrar vestígios, em pleno século XXI, sobre a passagem de Euclides da Cunha no sertão da Bahia durante a guerra de Canudos, seu Ozébio, neto de Zé Ozébio, acaba por revelar-lhe um segredo que o próprio escritor d'*Os Sertões* pedira que fosse guardado. Trata-se de uma passagem em que, pouco antes do término dos conflitos, o conselheirista combatente Zé Ozébio se vê obrigado a entrar em uma das barracas dos soldados republicanos, mais especificamente na que estava Euclides da Cunha. Protegido por este, Zé Ozébio segue a Salvador onde permanece na companhia de Euclides durante alguns dias. Aos poucos, eles vão se conhecendo melhor e uma forte amizade surge entre aquelas pessoas, sob vários aspectos, aparentemente tão díspares. Numa das noites em que os dois conversaram, Euclides se da conta que, em si próprio, começa a se passar uma verdadeira reviravolta conceitual. Passa a apreender a versão sincera de alguém que conhecia de perto e profundamente a vida sertaneja e os motivos que levaram tanta gente simples a se aglomerarem em Canudos junta com Antônio Conselheiro.

Era a história real que lhe vinha à tona, totalmente revista e transformada. Sentia dentro de si o borbulhar das páginas de um livro – crucial e definitivo – que começava a escrever. Tornava-se, enfim, um sábio, num feixe de lumes, intuições e epifanias, e experimentava um torpor de profunda compaixão pela humanidade (FONSECA, 2009, p. 152).

Dessa forma, em grande medida, o segredo revelado por seu Ozébio explica o motivo d'*Os Sertões* apresentar-se um livro com ideias bastante diversas das que, antes de seguir para Canudos como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, Euclides da Cunha expressara, por exemplo, no artigo intitulado A nossa Venda. Portanto, *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca, além de propor o preenchimento de uma lacuna histórica, configura uma personagem que, na contemporaneidade, reflete sobre o passado e o presente da realidade política, religiosa e social dos sertões do nordeste brasileiro, até hoje muito pouco alterada mesmo se comparada ao período da guerra ou muito antes.

A variação de conteúdos e pontos de vista, mesmo que um evento em comum como foi a Guerra de Canudos desempenhe papel central, é notória quando se avalia as memórias dos personagens sugeridos no presente trabalho. Às ações

em que tomaram parte ou de alguma maneira estão ligados, o nível de envolvimento e as diferentes perspectivas em relação à guerra, além do momento em que resolveram revelar suas histórias, contribuem significativamente para que haja possibilidades de se retornar diversamente, porém de maneiras igualmente válidas, a tempos e espaços idênticos ou, pelo menos, muito próximos. Como ficaram expostos nas sintéticas apresentações de algumas características dos dois personagens presentes em romances históricos relacionados à Guerra de Canudos, os textos ficcionais parecem ser meios eficientes para se demonstrar que as histórias de um mesmo evento são múltiplas e jamais podem ser esgotadas em pretensiosas versões definitivas. Frei João Evangelista e seu Ozébio, independente de representarem personagens históricas ou totalmente concebidas ficcionalmente, revelam bem a figura do

[...] homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida (BOSI, 1994, p. 60).

Personagens e histórias apresentados aqui, devem suas existências às estratégias possibilitadas pelos romances históricos de se reavaliar o passado sob liberdades de (re)criações. Nos dois romances, por exemplo, há referências explícitas a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a principal influência da maioria dos textos que abordam o tema da Guerra de Canudos. Isso revela a presença da intertextualidade, uma das características do romance histórico apontadas por estudiosos referidos aqui. No caso de *Canudos – as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*, consta no final desse romance as referências bibliográficas consultadas para ajudarem na construção do enredo. Apesar de desnecessárias em se tratado de textos ficcionais, esse proceder revela uma das características dos novos romances históricos que, segundo Aínsa (1993) confere maior credibilidade ao contexto da narrativa.

Entre a ficção e a história, poder-se-ia afirmar que os relatos das personagens apresentadas no presente trabalho, uma vez impressos e publicados, funcionam, tomando-se de empréstimo o conceito sugerido por Pierre Nora (1993), como lugares de memória. Isto se justifica porque,

[...] à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular rigorosamente vestígios,

testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

Nesta direção, pode-se constatar o seguinte: uma vez que já não se constroi com tanta eficácia grandes verdades aceitas coletivamente por largos períodos, as “lembranças” desenroladas nos romances canudenses, muitas vezes contraditórias se comparadas entre si, convencionadas, verdadeiras e mentirosas como quaisquer outras, proporcionam um lugar de visitação aos interessados em conhecer algumas das facetas inacabadas da Guerra de Canudos. Devidamente documentado ou livre de preocupações científicas; ideologicamente marcado ou ironizado sob os signos da paródia; o recontar da história, mesmo que arbitrariamente convencionado nos mais diferentes formatos, parece ser uma marca indelével à passagem das gerações. As memórias da guerra configuradas nos romances canudenses, certamente contribuem para que essa afirmação não se torne enganosa.

## NOTAS

\* Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel. Membro do grupo de pesquisa: “Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura”.

\*\* Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/Cascavel, nas áreas de Literatura e Cultura Hispânicas. Doutor em Letras pela UNESP/Assis. Vice-líder do grupo de pesquisa “Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura”. Coordenador do PELCA: Programa de Ensino de Literatura e Cultura. Coordenador do Projeto de Pesquisa Básica e Aplicada “Gêneros ficcionais híbridos da modernidade: outros olhares sobre o passado da América”, financiado pela Fundação Araucária.

## REFERÊNCIAS

AÍNSA, Fernando. La nueva novela histórica latinoamericana. In. *Plural*. 240. p. 82-85. México, 1991.

AÍNSA, Fernando. Invención literaria y ‘reconstrucción’ histórica en la nueva novela narrativa latinoamericana. In. Karl Kohut (org.) *La invención del pasado: la novela histórica en el marco de la posmodernidad*. Frankfurt. Madrid: Vervuert, 1997.

- AÍNSA, Fernando. *Reescribir el pasado: Historia y ficción en América Latina*. Montevideo: Celarg, 2004.
- ARINOS, Afonso. *Os jagunosos*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- ASSIS, Machado de. *A semana II*. São Paulo: Globo, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCTEC, 2006.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas do Belo Monte*. São Paulo: Scritta, 1993.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília, 1987.
- FLECK, Gilmei F. Gêneros híbridos da contemporaneidade: o romance histórico contemporâneo de mediação – leituras no âmbito da poética do descobrimento. In: RAPPUCCI, C.A; CARLOS, A. M. (Orgs.). *Cultura e Representação – ensaios*. Assis/SP: Triunfal, 2011.
- FONSECA, Aleilton. *O pêndulo de Euclides*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In. E. Hobsbawm & T. Ranger (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MARCONDES, Ayrton. *Canudos – as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*. São Paulo: Best Seller, 1997.
- MENTON, S. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da Literatura que parece História ou Antropologia, e vice-versa. In. CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e História na América Latina*. São Paulo, SP: Edusp, 1993. p. 115-135.
- MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e memória. In. *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Argos, 2003. p. 179-198.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara A. Khoury. In. *Projeto História*. São Paulo. nº 10, dez. 1993.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Trad. Monique Augras. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- TROUCHE, André Luiz G. *América: história e ficção*. Niterói: EdUFF, 2006.
- VARGAS LLOSA, Mario. *La guerra del fin del mundo*. Barcelona: Seix Barral, 1981.

VEIGA, José J. *A casca da serpente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

#### SOBRE OS AUTORES:

Gilmei Francisco Fleck: Possui graduação em Letras Português/Inglês e respectivas Literaturas e Português/Espanhol e respectivas Literatura pela URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/Frederico Westphalen-RS; especialização em Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Unoeste-Chapecó-SC e em Língua Espanhola e Respectiveas Literaturas pela Unoeste/Xanxerê-SC; mestrado e doutorado em Letras pela UNESP-Assis, com ênfase em Literatura Comparada. Atualmente é professor adjunto da Unoeste-Cascavel, atuando nas áreas de Literaturas Hispânicas e Cultura Hispânica no curso de graduação em Letras e na área de Literatura Comparada no Programa de pós-graduação em Letras. É tradutor e ensaísta, com interesse especial nos Gêneros Híbridos da Contemporaneidade, atuando nas áreas de Ensino de Línguas Estrangeiras, Literatura Comparada e Tradução. É coordenador do PELCA- Programa de Ensino de Literatura e Cultura e vice-líder do grupo de pesquisa "Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura", cadastrado no CNPQ. Coordenador do Projeto de Pesquisa Básica e Aplicada "Gêneros ficcionais híbridos da modernidade: outros olhares sobre o passado da América", financiado pela Fundação Araucária.

Adenilson de Barros de Albuquerque: Possui graduação em Letras Português/Espanhol e suas respectivas Literaturas pelo CTESOP – Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense. Especialização em Língua Espanhola e em História do Brasil pela mesma instituição. Mestrando (bolsista/Fundação Araucária) em Letras pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel. Membro do grupo de pesquisa: "Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura".